



Mário Gonçalves, Lda.

TUBOS - VÁLVULAS E ACESSÓRIOS
CENTRAIS HIDROPNEUMÁTICAS - VENTILAÇÃO MECÂNICA

Proposta Nº 05.2040/16-A

Data do documento: 09-05-2016

Validade da proposta:

Prazo de Entrega:

IVA: Preço sujeito a IVA à taxa em vigor

Condições Pagamento:

À

MUNICIPIO VILA DE REI

Camara Municipal

Aprovisionamento

Praça Família Mattos e Silva Neves

6110-174 VILA DE REI

V/ Consulta Refª:

**AJUSTE DIRECTO - FORNECIMENTO DE DIVERSO MATERIAL PARA
CONSTRUÇÃO DE NOVA CONDUTA DE ÁGUA DE ABRUNHEIRO
PEQUENO A VILAR DE RUIVO E DAS REDES DE LIGAÇÃO DE
ABASTECIMENTO A VILAR DO RUIVO E FERNANDAIRE**

Exmo(s) Sr(s)

Agradecendo o v / Mail datado de 9 de Maio de 2016 V/Ofício N.º444-Proc.2016/300.10.005/2, e em seguimento ao solicitado, apresentamos para v/ análise os n/ melhores preços para o eventual fornecimento de:

Pos.	Descrição	Qtd.	Un	Preço Unit.	Valor Líquido
	Tubo PVC J90-16Kg	2502	ml	3,20 €	8.006,40 €
	Tê c/bocas p/PVC FFD63 Fucoli	1	un	18,20 €	18,20 €
	Válv. c/bocas p/PVC 90 Fucoli	4	un	81,10 €	324,40 €
	Redução lisa PVC 90x63x10Kg	1	un	4,48 €	4,48 €
	Junta Gibault FFD 90 Reliable	1	un	8,60 €	8,60 €
	Contador flangeado 80mm Arad Woltaman Turbo	1	un	263,50 €	263,50 €
	Flanges adapt. p/PVC 80x90 PAM	4	un	9,64 €	38,56 €
	Ventosa Triplo efeito 80 flangeado PN10/16 D-050 ARI	1	un	278,10 €	278,10 €
	Kits junta alma metálica 80 PAM	4	un	12,10 €	48,40 €

Total da Proposta

8.990,64 €

Oito mil e novecentos e noventa euros e sessenta e quatro cêntimos

Na expectativa das prezadas notícias de V.Exªs., que antecipadamente muito agradecemos, subscreveno-nos com a mais elevada estima e consideração,

VS/JS

De V.Exªs.

Atenciosamente

MÁRIO GONÇALVES, LDA.



Mário Gonçalves, Lda.

TUBOS - VÁLVULAS E ACESSÓRIOS
CENTRAIS HIDROPNEUMÁTICAS - VENTILAÇÃO MECÂNICA

NOTA JUSTIFICATIVA PREÇO PROPOSTO

O orçamento apresentado está baseado nos custos correntes no mercado dos materiais propostos, bem como da margem, de lucro.

Julgamos que reflecte a estrutura de custos da nossa empresa, contemplando todos os factores que a compõem e garantindo uma capacidade de execução de fornecimento, conforme caderno de encargos e no integral respeito pelos preços fixados.

PORTO, 9 de Maio de 2016

MÁRIO GONÇALVES, LDA.
G. GONÇALVES


DECLARAÇÃO

(A que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º.)

1- CUSTÓDIO DOS SANTOS FERNANDES, titular do Cartão de Cidadão n.º 881887, válido até 17/08/2016, residente à Rua Alberto Sampaio, n.º 235, 4250 - 026 Porto, na qualidade de representante legal de **Mário Gonçalves, Lda**, com sede social na Rua Monte da Estação, n.º 175, 4349 - 023 Porto, Contribuinte n.º 500183872, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **"AJUSTE DIRECTO - FORNECIMENTO DE DIVERSO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA CONDOTA DE ÁGUA DE ABRUNHEIRO PEQUENO A VILAR DE RUIVO E DAS REDES DE LIGAÇÃO DE ABASTECIMENTO A VILAR DO RUIVO E FERNANDAIRE"** declara sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas:

2-Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) *Lista de Preços Unitários*
- b) *Nota Justificativa de Preço*

3-Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4-Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente, salvo quando se encontrarem abrangidas por um plano de insolvência, ao abrigo da legislação portuguesa aplicável;
- b) Não foi condenada, por sentença transitada em julgado, por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b), do n.º 2 do Art.º 562.º do Código do Trabalho;

- h) Não foi objecto de aplicação há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
- i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º.1 do art.º.2.º da Acção Comum n.º.98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na acepção do art.º.3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997, e do n.º.1 do art.º.3.º da Acção Comum n.º.98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na acepção do art.º.1.º da Convenção relativa á Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na acepção do art.º.1.º da Directiva n.º.91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º.456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação á entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i), do n.º.4 desta declaração.

7- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do art.º.456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, como concorrente em qualquer procedimentos adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 9 de Maio de 2016

